



Sindicato dos Oficiais de Justiça

INFORMAÇÃO

ANULAÇÃO DE AVISO DE INGRESSO

O SOJ - Sindicato dos Oficiais de Justiça assume responsabilidades. O seu objecto é garantir a legalidade e defender os interesses dos seus representados. É obrigação de qualquer sindicato responsável, garantir a inviolabilidade dos estatutos que defende.

O SOJ desde sempre assumiu o compromisso de falar verdade. Assim, informámos os nossos associados da sentença que nos tinha sido notificada e, logo depois, publicitámo-la. É por sermos responsáveis que a divulgámos, nos termos já conhecidos.

Importa é referir, que o SOJ interpôs a acção nº 3089/07.8.BELSB porque não aceita a violação do EFJ – Estatuto dos Funcionários de Justiça. De forma estranha, ou talvez não, outros aplaudiram essa ilegalidade.

Quando a administração viola a lei e recebe aplausos, encontra as condições necessárias para não respeitar minimamente esse sindicato nem os seus representados. O SOJ e os seus representados exigem respeito. Por isso somos diferentes...

Mas este processo levantou questões jurídicas que fazem jurisprudência (há um acórdão exarado pelo Tribunal Central Administrativo do Sul) e servem para outros sindicatos que assumam responsabilidades.

Quanto à decisão exarada pelo tribunal, a nossa posição é clara: decorridos 4 anos, há que conciliar os interesses em causa. Há direitos, até na própria Constituição, que têm de ser conciliados de forma responsável para garantir o respeito por todos. Por exemplo: a liberdade de expressão não poderá colocar em causa o direito de outros ao seu “bom nome”; o direito à greve tem de ser conciliado com liberdades, direitos e garantias.

Assim, a sentença assegura aos Oficiais de Justiça o direito de exigir que o M.J. cumpra a Lei; por outro lado, está em causa entre outros, um valor maior para o Estado: o interesse público. Interesse esse que é garantido também pelos colegas que ingressaram no âmbito do Aviso declarado agora ilegal. Decorreram 3 anos e esses colegas realizam agora o interesse público. O SOJ assumiu esta posição em conferência de imprensa.

O SOJ assume responsabilidades e não valerá a pena alguns andarem em *bicos de pés* a tentar criar um circo. Só falta ao SFJ argumentar que não houve violação da lei.

O SOJ sabe o que faz e cumpre-lhe exigir o cumprimento da lei, garantindo que os Oficiais de Justiça (incluindo os que ingressaram por esse aviso) sejam defendidos de forma intransigente. É o que faremos se o Ministério da Justiça não assumir as suas responsabilidades de garantir a estabilidade nos tribunais. Não há Oficiais de justiça legais nem outros ilegais. Somos todos Oficiais de Justiça.

CATEGORIAS DE CHEFIA EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO E PROVISÓRIOS

Sobre esta matéria o SOJ mantém as suas informações anteriores. Tal como nos foi referido pelo Secretário de Estado da Administração Pública em 25.10.2011, os Pareceres já foram entregues ao Ministério da Justiça. Um deles, o primeiro, sobre o regime de substituição, não estava na DGAJ nem na Secretaria-Geral como se pensava mas sim, para análise, no Gabinete do Secretário de Estado da Justiça.

Sobre o Parecer relativo aos provisórios: há o compromisso por parte do Senhor Director Geral de apurar, com a maior brevidade, qual a entidade que neste momento o detém. Não está em causa a palavra do Secretário de Estado da Administração Pública e menos ainda, a actuação do SOJ. Vamos continuar a insistir nesta questão.

ORÇAMENTO DE ESTADO PARA 2012

É um orçamento com que ninguém se pode conformar e vamos desencadear os mecanismos para que seja corrigido.

Há no entanto uma questão que deve ficar clara: Os Oficiais de Justiça seja em Portugal continental ou regiões autónomas, vão sofrer as mesmas penalizações que os restantes trabalhadores da administração pública central. O OE para 2012 é violento e obsceno para todos os trabalhadores públicos mas está garantido o cumprimento da especificidade do Estatuto dos Funcionários de Justiça.

O SOJ não aceita um O.E. que gera mais desemprego, conflitualidade social e destrói o serviço público. Assim, vamos combater nos termos legais o O.E. para 2012.

Lisboa, 2011-12-11